



ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PILOTO DO ACRE

Adriana Martins de Oliveira

adrianamartinsczs2011@gmail.com

A atual reforma do ensino médio, pautada na Lei 13.415/17 e denominada por seus defensores como Novo Ensino Médio está atrelada a um contexto de alterações na estrutura da educação básica do país ocorridas a partir de 31 de agosto de 2016, quando Michel Temer, aliado a setores do empresariado nacional e partidos políticos, assumiu a presidência da República após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Neste contexto, insere-se também a proposta de Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que restringiu em 20 anos os gastos com serviços públicos em saúde e educação, promovendo grandes cortes nos repasses destinados às instituições de ensino superior.

Em meio a este cenário de divergências, contradições e interesses econômicos diversos em um movimento de retrocesso da democracia brasileira, que de maneira impositiva, através da Medida Provisória 746/16 que se transforma na Lei 13.415/2017, a reforma do ensino médio traz como principais alterações a reconfiguração do currículo e de sua organização temporal, bem como a alteração das regras de financiamento.

Este trabalho, resultado de uma pesquisa de doutorado, toma como objeto de análise o processo de implementação do Programa Novo Ensino Médio nas escolas-piloto do estado do Acre, com vistas a analisar as (re)interpretações e ressignificações dos textos normativos da reforma do Ensino Médio pelos sujeitos escolares, no processo de implementação do Programa Novo Ensino Médio no estado do Acre.

A metodologia baseia-se em uma abordagem qualitativa, de natureza documental e de campo. Os documentos nacionais analisados foram: a Lei 13.415/17; Portarias MEC nº 649 e 1.024/18; Resolução CNE nº 03/18 e Portaria MEC nº 1.432/18. No plano estadual, foram analisados a Resolução CEE/AC nº143/19; o Plano de Implementação e o Plano de Acompanhamento das Propostas de Flexibilização Curricular, bem como o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Flexibilização Curricular das escolas-piloto.

Para a pesquisa de campo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados questionário e entrevistas com integrante da equipe do Ensino Médio da SEE/AC, diretores, coordenadores de ensino, coordenadores pedagógicos e professores das escolas-piloto.

No tratamento da base de dados, os procedimentos metodológicos foram conduzidos por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). As categorias de análise foram selecionadas com base nas principais mudanças propostas para o Ensino Médio: flexibilização curricular, protagonismo juvenil, projeto de vida, empreendedorismo e relação público-privada. Buscou-se, a partir dessas categorias, tanto nos documentos elaborados pela SEE/AC e pelas escolas-piloto, quanto nas respostas dos questionários e entrevistas, identificar os códigos através dos quais foi possível captar movimentos de recontextualização. Para interpretação dos dados utilizou-se como referencial as formulações de Basil Bernstein (1996; 2003), no que se refere ao movimento de recontextualização. Trata-se do processo de apropriação dos documentos oficiais da reforma por meio dos quais as escolas descontextualizam e atribuem sentidos adicionais, produzindo novas práticas discursivas e pedagógicas por vezes distintas das originais.

Com base no referencial teórico de Bernstein, confirmou-se a hipótese orientadora da análise de que na implementação do Programa Novo Ensino Médio nas escolas-piloto no estado do Acre houve movimentos de recontextualização das proposições presentes nos documentos normativos nacionais tanto pela SEE/AC quanto pelas escolas-piloto, ao atribuírem significados próprios às finalidades, sentidos, orientações e prescrições dos documentos normativos oficiais. Assim, as categorias Flexibilização Curricular, Protagonismo Juvenil, Projeto de Vida e Empreendedorismo foram assumidas como códigos pelos quais foram identificados e analisados movimentos de recontextualização. Mesmo não tendo se configurado como um código, na perspectiva de Bernstein, a relação público-privada foi assumida como uma categoria complementar que permitiu compreender outros aspectos e contextos relativos ao campo da implementação. Assim, a relação de parceria entre instituições públicas e privadas no processo de implementação do Programa Novo Ensino Médio no Acre apresenta-se em crescente ampliação, transpassando não apenas as atividades relacionadas às assessorias técnicas prestadas por essas instituições, mas também nos processos de elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e de validação da política educacional.

A análise das (re)interpretações e ressignificações dos textos normativos da reforma do Ensino Médio pelos sujeitos entrevistados ao tentarem compreender o que

está proposto nos dispositivos normativos nos permitiu depreender os principais códigos através dos quais foi possível captar os movimentos de recontextualização da reforma no campo da prática, a saber: mudança e inovação; flexibilização curricular e protagonismo juvenil; projeto de vida e empreendedorismo.

Em relação às inovações/mudanças houve ressignificação do seu sentido no campo da recontextualização pedagógica. Mesmo que os discursos dos documentos oficiais da reforma atribuam às mudanças implementadas um sentido de inovação positiva, com base na ideia da possibilidade de inovação através da flexibilização curricular que permitiria a escolha dos itinerários pelos estudantes, as muitas críticas realizadas pelos sujeitos permitiram inferir a existência de um movimento de recontextualização em relação ao sentido de inovação, que passou a ser ressignificado de maneira divergente, no campo da prática do ambiente escolar. Considerando a falta de condições estruturais básicas na maioria das escolas, a falta de formação adequada e até mesmo de compreensão da política por parte dos sujeitos, a defesa de alguns em relação às mudanças/inovações oriundas do Novo Ensino Médio com base na utilização de tais metodologias, nos permitiu inferir a existência de uma perspectiva um tanto ingênua e romantizada do que seria essa inovação na educação por parte desses sujeitos.

A flexibilização curricular e o protagonismo juvenil não foram praticadas nos contextos escolares conforme prescrito nos enunciados dos documentos normativos oficiais. Os principais motivos foram a falta de compreensão dos sujeitos acerca das proposições apresentadas na reforma, a falta de condições materiais adequadas das escolas, a intensificação do trabalho docente e a pandemia da Covid-19. O Protagonismo Juvenil também não se materializou na prática pedagógica das escolas-pilotos haja vista que os estudantes não tiveram oportunidade de escolha na definição dos componentes curriculares eletivos, muito menos nas rotas de aprofundamento a partir de seus anseios e necessidades. A oferta dos itinerários formativos se deu, em grande medida, a partir das condições estruturais das escolas e, em especial, da formação dos professores, e não da escolha dos estudantes.

Também foi possível identificar a recontextualização no Projeto de Vida, que no contexto pedagógico, acabou sendo caracterizado como um amontoado de “atividades práticas” com a finalidade de formar o sujeito empreendedor e, ao mesmo tempo, resiliente às diversas adversidades inerentes a esse contexto, em especial em relação àqueles mais vulneráveis econômica e socialmente.

Não bastasse uma formação de perspectiva integral e humana extremamente fragilizada pela redução de conhecimentos científicos importantes, concluímos que a reforma do Ensino Médio nas escolas-piloto do Acre canalizou grande parte de suas energias à formação do jovem empreendedor de si. Empreendedorismo esse que, apoiado na resiliência, contribui fortemente para a formação de juventudes menos críticas, menos politizadas e mais resilientes ao atual projeto de desresponsabilização do Estado pela garantia de seus direitos sociais. Importa enfatizar que para que os estudantes assumam verdadeiramente o papel de sujeitos ativos e protagonistas no processo de transformação de suas vidas e da sociedade como um todo, se faz necessário que lhes seja garantida uma formação intelectual e científica sólida, que lhes possibilitem compreender o mundo em que vivem e consigam, de fato, desenvolver seus projetos de vida.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais; Políticas Curriculares; Lei 13.415/17; Reforma do Ensino Médio; Recontextualização

REFERÊNCIAS:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. **Cadernos de Pesquisa**, v. 2000, n. 120, p. 75–110, nov. 2003.